



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1307/12	DATA: 28/09/2012
INÍCIO: 09h39min	TÉRMINO: 11h02min	DURAÇÃO: 01h23min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h23min	PÁGINAS: 37	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOÃO SOARES LYRA NETO - Vice-Governador do Estado de Pernambuco.
JOSÉ FERNANDO DA SILVA – Presidente do Conselho Estadual da Criança e Adolescente e Secretário da Criança e da Juventude.

SUMÁRIO: Audiência com o Vice-Governador do Estado de Pernambuco sobre o tema da CPI.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no gabinete do Vice-Governador de Pernambuco.
O início da reunião não foi gravado.
Há expressões ininteligíveis.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) – *(Início não gravado.)*
...exploração sexual e turismo sexual de crianças e adolescentes. A Deputada Liliam Sá é a Relatora. Eu, a Deputada Erika Kokay, sou a Presidenta da CPI. Queremos agradecer a oportunidade de estarmos conversando.

Nós temos como hábito — esta é a quarta viagem que estamos fazendo, pela CPI — conversar com o Poder Executivo local, com a perspectiva de buscarmos trabalhar com dois aspectos que avaliamos que são de uma precariedade muito grande. O Estado de Pernambuco não foge à regra. Ele está na mesma situação dos outros Estados que vivenciamos. Nós temos, primeiro, uma dificuldade muito grande em responsabilizar.

Nós estivemos na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente. O delegado disse que é a delegacia mais bem estruturada do Nordeste. Nós não o estamos questionando, mas ela tem deficiências do ponto de vista do quantitativo e de um trabalho de inteligência. A atuação é, não obstante a dedicação e a paixão — eu diria — do próprio delegado, que acaba exercendo funções que não seriam suas, funções de articulação, para tirar grande parte da população que está em situação de exploração sexual e tem síndrome de drogadição, romper a lógica da drogadição para interromper a trajetória de vida ligada à exploração sexual.

Nós vimos ali que há uma deficiência muito grande no setor de inteligência para que possamos detectar as redes, porque as redes mudam a forma de atuação. Nós temos, hoje, uma transposição da rua para a Internet, das redes como são estruturadas. Muitas vezes, com o enfrentamento, a rede, em determinado local, ela se rearticula e se envolve em outro local. Isso exige das nossas polícias uma estrutura superior à que nós temos constatado em todos os lugares a que estamos indo, inclusive, aqui, no Estado de Pernambuco, para que possamos, realmente, enfrentar as redes e não apenas as detectarmos, como é o trabalho que a Polícia tem feito, com muito louvor, com muita dedicação, mas que é insuficiente para fazer esse enfrentamento. Ou seja, detecta a situação de exploração sexual, encaminha as crianças e os adolescentes para os Conselhos Tutelares. Os Conselhos Tutelares têm dificuldade de estabelecimento de redes, redes de acolhimento dessas crianças.



Segundo a fala do delegado, que não é diferente da dos outros locais onde nós já estivemos, são as mesmas meninas. As meninas, ou os meninos, voltam para a situação de exploração sexual.

A própria Polícia Rodoviária Federal, que faz um trabalho de enfrentamento nas rodovias brasileiras, já resgatou por volta de 3 mil meninos e meninas nos últimos 7 anos. E, via de regra, eles voltam.

O delegado dizia, constatando ou corroborando essa realidade já detectada pela CPI, que, todos os anos, são os mesmos meninos que são retirados e colocados lá, e não há uma estrutura de atendimento que lhes possibilite interromper essa vida infracional.

Ele lida bastante com a população de rua. Quando crianças e adolescentes estão em situação de rua, há uma vulnerabilidade ou há uma probabilidade de que haja outras violações de direitos, inclusive exploração sexual e síndrome de drogadição. E as coisas dialogam entre si. Eu diria que a síndrome de drogadição, a situação de rua e a situação de exploração sexual dialogam nesse universo de violação de direitos que atinge de maneira frontal nossas crianças, nossos adolescentes.

Então, nós temos uma preocupação com os instrumentos, para que possamos fazer o atendimento, que envolve também o atendimento familiar. Nós temos alguns planos nacionais. Temos planos também que devem ser replicados, e devem ter sido replicados aqui, no Estado de Pernambuco. Nós temos o plano de enfrentamento ao trabalho infantil. A exploração sexual comercial é uma forma das mais degradantes de trabalho infantil. Nós temos o plano de convivência familiar. Nós temos o plano de enfrentamento à própria exploração sexual e, inclusive, um plano de Pernambuco, e ficamos muito tristes ao perceber o seu baixo nível de execução. Nós temos um plano bem estruturado, que foi dialogado, que foi construído conjuntamente, aqui, de enfrentamento. Francisco, passe-me aquele plano que eu lhe entreguei. Ele tem uma baixa execução. Então, nós temos menos de 10% desse plano, que é o plano decenal de 2008 a 2017. Nós temos menos de 10% dele efetivado. Então, nós estamos mais ou menos na metade do plano, porque ele é de 2007; nós já estamos na metade dele. Estamos no quinto ano e, praticamente, ele não foi efetivado. É óbvio que existem demandas aí que não são



demandas do Poder Executivo, mas grande parte diz respeito ao Poder Executivo. Mesmo quando a gente resvala para a área do Poder Judiciário, nós sabemos que o início de uma responsabilização e uma condenação é um inquérito bem elaborado com laudos, enfim, com condições efetivas e robustez — a robustez necessária — para se levar uma denúncia do Ministério Público e a uma condenação, o que nos remete de novo ao Poder Executivo.

Nós tivemos a oportunidade de falar ou de escutar o juiz que lida com as questões de crianças e adolescentes, e ele dizia que só tinha chegado a ele um caso de exploração sexual aqui no Estado de Pernambuco, o que significa que há dificuldade de elaborar laudos ou de elaborar inquéritos com robustez, para que se transformem em denúncias, ou que se transformem posteriormente em uma condenação judicial. Então, portanto, do ponto de vista do atendimento às vítimas e do ponto de vista da responsabilização dos agressores, nós achamos que há muita deficiência e precariedade do próprio Estado.

Além disso, nós detectamos aqui no setor gesseiro, SUAPE, ou seja, em localidades como SUAPE, dos Municípios que estão em torno de SUAPE, que houve um adensamento populacional de quase 100%; ou seja, quase que dobrou o número de habitantes daquelas regiões. É óbvio que, se você tem esse nível de adensamento por homens, via de regra, homens que vêm trabalhar com recursos, com salário e que vêm sem qualquer tipo de vínculo e sem qualquer tipo de preparação, nós vamos ter recrudescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes. A tendência é essa. E o impacto dos direitos de crianças e adolescentes isto não é realidade só daqui; essa é uma realidade que nós constatamos em Rondônia, é uma realidade que nós estamos constatando nas grandes obras. As grandes obras, elas precisam acontecer depois de uma preparação que faça com que elas não impactem nos direitos de crianças e adolescentes. E nós temos essa preocupação aqui em SUAPE. Nós temos essa preocupação nos corredores de desenvolvimento econômico que estão se criando no Estado, para que nós não tenhamos o desenvolvimento econômico descolado do desenvolvimento humano, particularmente dos direitos de crianças e adolescentes.

O último aspecto que nos preocupa sobremaneira... Então, portanto, nós temos a questão do atendimento. Precisamos de orçamento. Precisamos priorizar a



criança e o adolescente, como diz a Constituição, inclusive no Orçamento. Nós temos a questão da responsabilização, o que também envolve uma nova estrutura para as delegacias, as polícias, enfim, os institutos médico-legal, o setor técnico da Polícia Civil. Eu não sei como se chama aqui, se é IML, mas cada lugar tem um nome diferente, mas que precisa também ser fortalecido, para cuidar dos vivos, não apenas para cuidar dos mortos, mas para cuidar dos vivos e, particularmente, das nossas crianças.

Então, portanto, atendimento, responsabilização e punição dos culpados; ou seja, as grandes obras, os setores que vão receber uma alavancagem no seu desenvolvimento de forma muito intensa, o que muda a configuração habitacional e, ao mesmo tempo, destrói vínculos, e não se tem como criar outros vínculos. Por isso, é preciso preparar.

O quarto aspecto diz respeito aos grandes eventos. Então, vamos estar atendendo. Aqui deve ter também. Aqui se vai sediar as Copas, e nós precisamos que as Copas tenham um processo de preparação para as nossas crianças e os nossos adolescentes. Preparar o Brasil e Pernambuco para a Copa não significa dotá-lo de infraestrutura hoteleira, e tal, o que possa fazer com que nós desfrutemos, e o mundo desfrute, das belezas do local, mas preparar para que as nossas crianças e adolescentes não sejam vitimizados pelo turismo sexual. Enfim, isso significa fazer pactos: pactos com a rede hoteleira, pactos com os segmentos que vão estar dialogando com os turistas, até estruturas que possam controlar os voos *charter*. Nós temos uma articulação que foi feita através do Ministério do Turismo, que faz um impedimento dos voos *charter* só com homens que vêm da Europa, porque via de regra eles têm no seu bojo o apelo, que é o apelo sexual, do turismo sexual, não necessariamente para crianças e adolescentes, mas do turismo sexual.

Então, portanto, são esses os 4 elementos que nós achamos que são importantes e sobre o que nós gostaríamos de ter o compromisso do Estado. Significa o próprio orçamento nas estruturas, na elaboração de pactos. O Estado ele articula, ele pode articular uma rede envolvendo os outros poderes; não apenas o Poder Executivo, mas envolvendo os segmentos do Poder Executivo, dos outros poderes e a própria sociedade civil. A gente gostaria que Pernambuco fosse um exemplo. Nós já estivemos em João Pessoa, já estivemos em Natal, no Rio Grande



do Norte, na Paraíba, estivemos no Ceará. O Ceará está bem avançado nessa discussão porque tem uma... Reestruturou alguns segmentos. É a única delegacia que cuida absolutamente somente de exploração sexual. Já tem um acúmulo também. Teve uma CPI da Câmara de Vereadores, teve uma CPI estadual. A hoje Deputada Patrícia Saboia é uma militante da área, é reconhecida nacionalmente e pôde desenvolver a partir dela um trabalho bem efetivo nesse aspecto. Eles reformularam toda a polícia técnica, de inteligência, enfim. Mas ainda há insuficiências, e já existe um acúmulo maior. Tanto que houve uma diminuição a olhos vistos. Obviamente, eu vou reafirmar que isso não significa que diminuiu a exploração sexual porque ela se dá de outras formas também que não são tão visíveis. Mas seriam essas as minhas palavras iniciais.

Como Presidente da CPI, eu vou passar a palavra para a Deputada Liliam Sá, que é a nossa Relatora, e depois escutá-los. Nós queremos compromisso. Só isso. Compromisso. Façam um pacto aqui. A gente vem aqui, faz um grande pacto com a rede hoteleira, e tal, enfim, uma coisa bem... Um compromisso, uma coisa que possa deixar exemplo, e tal. Pernambuco tem tido muitos programas interessantes; inclusive, é o único lugar — creio eu, pode ser que eu esteja errada — que tem um pacto de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nos presídios. É o único que tem um plano nesse sentido. Obviamente, nós precisamos fazer o plano se executar. É isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito bom dia, Vice-Governador João Soares Lyra Neto! E cumprimento a todos, cumprimentando-o nesta manhã.

Basicamente, vou só ressaltar o que falou nossa Presidenta, porque a nossa CPI, ela veio convidada pela Deputado Paulo Rubem, e nós nos sentimos até muito, assim, felizes por algumas ações com que vocês já têm avançado na questão da criança e do adolescente. Mas ficamos tristes por outras. Nós fizemos um diagnóstico. A CPI quer isto: ouvir, investigar, propor.

Nós queremos, nesta manhã, deixar com o senhor alguns pedidos, o que vai melhorar até o trabalho na questão da exploração sexual infantojuvenil. Nós sabemos que a taxa de frequência escolar está em 89,24%. Isso é sinal de que tem muitas crianças na escola. Mas quanto mais crianças na escola, menos crianças aliciadas para o *crack*, pelo tráfico, e também para a exploração sexual. Eu não sei...



Nós não obtivemos esta informação, se aqui tem horário integral nas escolas, e quantas escolas funcionam com horário integral. Nós não temos essa informação, e gostaríamos de pedir essa informação para a CPI.

Outra coisa. Nós vimos no Ministério Público a dificuldade na prova técnica, na coleta de provas para se formar um inquérito, até para se penalizar o sujeito que comete o crime contra crianças e adolescentes. Aqui não tem um instituto pericial. E foi falado no Ministério Público que falta uma articulação maior com Estados, com Municípios e com Judiciário, e que o orçamento do Ministério Público é minguado, foi cortado. Então, tem certos promotores de justiça que exercem também a função de promotor da infância, acumulam duas funções. Ficamos felizes, porque tem duas varas de proteção: uma na área cível; outra para crimes sexuais. Nós também detectamos que, além do que o Ministério Público apontou, a Delegacia, também, da Criança e do Adolescente, nos dois lugares que falaram isso, que falta uma polícia técnica. Isso foi feito por decreto. Tem os agentes, mas não tem a estrutura, não tem o aparelhamento de polícia técnica investigativa, e isso dificulta a coleta de provas. Uma delegacia para crimes cibernéticos, crimes na Internet. As redes estão organizadas muito pela Internet, e aqui não tem uma delegacia própria para esses crimes. Poderia até ser dentro da própria delegacia, ao se botar um setor de inteligência para crimes cibernéticos. A estrutura da GPCA é uma estrutura precária, porque quando se pensa em crianças e adolescentes abusados sexualmente se pensa nas crianças pobres, e a delegacia está com aparência pobre até para ouvir as crianças — uma sala toda quebrada, uns brinquedos todos velhos, janelas... tudo quebrado. Acho que a criança merece respeito, independente da sua classe econômica. Ela é criança — merece respeito. Então, eu queria pedir até que o senhor desse uma atenção especial à delegacia. O delegado lá tem boa intenção, mas também ele esbarra nesse problema, que é o problema do instituto pericial, dos agentes de investigação. Essa foi uma das reclamações que eles nos fizeram.

Outra coisa, o Juiz, o Dr. Luiz Gomes, que é da Criança e do Adolescente, ele fez uma ... É o Luiz Rocha. Ele falou que não tem Unidade de Tratamento de *Crack*. O que nós vimos aqui foi muitas meninas envolvidas na prostituição com *crack*. Hoje tem até uma matéria no *Jornal do Commercio* falando sobre isso, que a CPI estava ali, a poucos metros, onde existiam crianças se prostituindo e usando *crack*,



enquanto estávamos debatendo o assunto. Está no *Jornal do Comercio* de hoje. Então, nós gostaríamos de saber o que está faltando ao Governo Estadual para fazer um convênio com o Ministério da Saúde, nessa questão do combate ao *crack*; se vocês já têm alguma coisa em andamento em relação a isso. Porque o Governo Federal lançou uma campanha — *Crack, é possível vencer* — e nós não sabemos se vocês já estão com esse convênio, se já fizeram esse convênio com o Ministério da Saúde.

Nós queríamos pedir também uma maior fiscalização nos presídios. Ontem, foi falado que as meninas estão sendo levadas para visitas íntimas com identidade adulterada, e que tem um esquema dentro dos próprios presídios. Essa foi uma denúncia grave. Nós queremos que seja investigado isso: maior fiscalização nessas visitas íntimas e também nas grandes obras, como falou nossa Presidente, porque tem investimentos, tem gente vindo de fora aliciando as meninas. Ontem também foi feita uma denúncia sobre tráfico interno. A Dra. Ana Carolina, do Ministério Público, fez essa denúncia, os outros participantes, o próprio juiz também fez essa denúncia de tráfico interno, tanto para adoção como para exploração sexual. Tem até um caso de um menino cuja mãe... Nós pegamos o caso. Pedimos a documentação desse menino, Alisson, que desapareceu nessa rede de exploração em Portugal. Então, nós pedimos uma fiscalização maior desse tráfico interno. E falta uma casa de acolhida para ressocializar essas meninas. Não adianta tirá-las da mão do traficante, do aliciador, que as coloca na prostituição, ou mesmo trata dela no *crack*, se ela não tiver um local apropriado para ficar. Porque para muitas dessas meninas a base da família está destruída, elas não têm como voltar para casa. E ali elas podem se libertar das drogas, podem até aprender uma profissão e voltar para a sociedade. Então, isso é resgatar vidas. Esta é a proposta que nós estamos fazendo na CPI, fazendo esses pedidos para o senhor.

Eu queria agradecer a sua atenção nesta manhã ao se por à disposição da nossa CPI.

Muito obrigada.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Eu queria cumprimentar as Deputadas Erika e Liliam, os demais componentes técnicos da CPI, como também o Secretário Executivo da Secretaria da Criança e da Juventude, que está respondendo pela



Secretaria, em função da licença da titular, a Deputada Raquel Lyra, que está de licença maternidade. Quero dizer que é um prazer recebê-los aqui e dizer que o Estado de Pernambuco está muito empenhado nessa questão do combate aos crimes de violência sexual na adolescência e na juventude. Preocupado com isso, o Governador Eduardo Campos, inclusive justificando a sua ausência, porque tinha uma agenda que não permitiu que aqui estivesse, me pediu que eu aqui estivesse representando o Governo do Estado, o Poder Executivo. E quero dizer que, desde 2007, as senhoras sabem, aliás, 2011, quando foi criada a Secretaria da Criança e da Juventude, um dos focos é exatamente a proteção à juventude. E tem sido feito um trabalho muito grande, articulado com o Poder Judiciário, articulado com o Ministério Público, articulado com o Poder Legislativo. Mas, com todo esse processo de articulação, ainda nós verificamos... Com certeza, a presença da CPI, as recomendações, as avaliações são muito importantes para nós do Governo do Estado, porque as senhoras vêm com uma visão que tem exemplos semelhantes em outros Estados, para que nós possamos corrigir, implementar, incentivar as políticas públicas que possam realmente dar esse enfrentamento.

Nós sabemos que tem alguns focos além dessas atividades normais permanentes desse combate; nós temos alguns focos que são temporariamente graves do ponto de vista de ocorrências. Nós temos a questão do Suape. Em Suape, nós temos 50 mil trabalhadores na construção civil de Suape. É evidente que isso é temporário, mas que não deixa de ser um problema sério. Dentro de mais 1 ou 2 anos, isso deverá, na operação, se transformar entre 10 e 12 mil pessoas. Então essa população de trabalhadores de 50 mil é temporária, mas nós estamos envidando muitos esforços. A Secretaria está lá com toda a estrutura, inclusive com o Pacto pela Vida. Nós temos um plano de segurança, o Pacto pela Vida, com a articulação de todos os Poderes. E nós temos contado também com a participação. Existe deficiência? Sem dúvida existe. Essa questão da inteligência do combate ao crime é por demais importante, e temos outras... Coincidentemente, estive lá, na semana passada, no polo gesseiro, da cidade de Trindade. Tive uma conversa com o Prefeito. E um dos assuntos que ele levantou foi a questão da prostituição infantil lá na cidade de Trindade, que sedia o polo gesseiro.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Gesseiro é o quê? Que faz gesso?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Lá há minas de gesso. Um dado, para a senhora ter informação do volume de pessoas que passam por lá: a informação que nós temos é de que há 726 pequenas e médias empresas beneficiadas pelo gesso. E das minas existentes saem 300 carretas por dia, de Trindade para o Sudeste brasileiro. É a maior fonte de gesso do Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Trindade é perto de onde?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Trindade é junto de Araripina, no sertão do Araripe, fronteira com o Ceará.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com Crato?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Com Crato. Juazeiro fica a cento e poucos quilômetros.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Chapada do Araripe.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Chapada do Araripe. E vizinho também do Estado do Piauí, no final do lado norte do Estado de Pernambuco. São 300 carretas por dia. Imaginem as senhoras a população de motoristas e caminhoneiros! São 330 pessoas diariamente levando gesso para o Sudeste brasileiro.

É evidente que, com a implantação da Transnordestina, esse tráfego vai praticamente desaparecer, porque a Transnordestina chega a Salgueiro e vai ter um ramal, não sei se rodoviário ou ferroviário, que fica a 150 quilômetros, e todo o gesso será transportado para Suape ou transportado para Pecém, e, lá, por via marítima, ele vai ser transportado para o Sul do País. Esse polo gesseiro abastece 83% do consumo nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É mesmo? Desde quando tem esse polo?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Há mais de 30 anos. Inclusive tem indústrias, empresas multinacionais, grupos franceses, grupos espanhóis. E pelas informações que se tem, as minas identificadas dão, pelo consumo atual brasileiro, para abastecer o Brasil nos próximos 200 anos em consumo de gesso. Hoje temos ainda muita importação da Espanha e da França, mais em função do custo-frete. O custo-frete marítimo da Europa para o Sudeste é mais barato do que o rodoviário de



Pernambuco para o Sudeste brasileiro. Então, a Transnordestina vai dar condições de competição com o produto estrangeiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual a previsão de implantação da Transnordestina?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - São 728 quilômetros de Transnordestina. A parte de Pernambuco deverá ser concluída até 2014. Depois tem até o Piauí, que vai trazer a soja para Pecém, e, daqui, o gesso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela fica em Pecém?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Não. Ela fica numa cidade do Piauí que é uma grande produtora de soja. Não me lembro. Uma cidade do Piauí que vai se ligar a Suape e a Pecém. Já está em discussão a questão do transporte, da importação pelo interior, através da Transnordestina, cujo principal produto é o combustível; e, de volta para cá, para os portos, será o gesso, do Araripe, e a soja lá do Piauí. Essas questões são sérias. Nós reconhecemos que são muito sérias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse polo gesseiro é muito distante de Suape?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Uns 600 quilômetros.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Suape é litoral.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Suape é litoral. Suape fica a 30 quilômetros daqui de Recife.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em Suape está sendo construído o quê?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Lá é um porto. Deverá ser um dos 5 maiores portos do Brasil. Lá está sendo feito também um distrito industrial forte da indústria naval, com a implantação de... Suape está recebendo hoje um dos maiores investimentos em portos do Brasil. Estão sendo investidos lá cerca de 30 bilhões de reais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse processo de Suape envolve quantos Municípios?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Praticamente a metropolitana sul. Recife tem a metropolitana norte. Na metropolitana de Pernambuco, nós somos 14 Municípios, Recife e mais 13, dos quais 7 estão na metropolitana sul, onde ficam



Suape, Jaboatão, Cabo de Santo Agostinho. E, no lado norte, que vai até próximo a Goiana, são mais de 6 Municípios. Então, nós somos 14 Municípios, com uma população de cerca de 4 milhões de habitantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Envolvendo esses...

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Esses 14 Municípios. Recife tem 1 milhão e 600 mil habitantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E no polo gesseiro são quantos Municípios?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - No polo gesseiro são cerca de 8 Municípios.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que é mais para a banda do Ceará, não é?

(O Sr. João Soares Lyra Neto, de pé, fora do microfone, apresenta dados do mapa do Estado de Pernambuco.)

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Olhem aqui. Está aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No Ceará. E em que cidades do Piauí?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - O Ceará está aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o Piauí está onde?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Está aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é a cidade do Piauí aí?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Não tem cidade do Piauí aqui, não.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Na fronteira, a menorzinha é Moreilândia.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Agora, aqui tem Crato e Juazeiro. E aqui, nessa região aqui... Olhem Trindade. Aqui, onde fica o semiárido, está a maioria das empresas de gesso. Das 726, são cerca de 70...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa parte toda aqui é Piauí Ceará.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - O Ceará está aqui; a Bahia, aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui é Petrolina.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Petrolina é aqui.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas é um pouco distante, não é?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - São 600 quilômetros daqui, e 185 quilômetros até aqui, para Araripina. Aqui tem Ouricuri; Bodocó, aqui. Aqui são os 10 Municípios do Sertão do Araripe.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E pega o sul do Ceará, que é Juazeiro e Crato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí é a Chapada do Araripe, não é?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Em Pernambuco, Deputada... Aqui tem o seguinte. Nós estamos aqui com a área metropolitana, os 14 Municípios, a Mata Norte, a Mata Sul; o Suape está aqui, e o Cabo de Santo Agostinho. No centro, nós temos 3 agrestes: o Agreste Central, que tem como cidade-polo Caruaru; o Agreste Setentrional, com a cidade-polo de Limoeiro; e o Agreste Meridional, que tem a cidade-polo de Garanhuns, onde nosso Presidente Lula nasceu. E aqui nós temos os sertões. São 6 áreas do sertão: o Sertão do Moxotó; o Sertão do Araripe; o Sertão de Petrolina, de São Francisco; o Sertão de Itaparica, onde fica a usina hidrelétrica; o Sertão Central, que tem Salgueiro... E, em Salgueiro, é aqui onde vai ficar a intermodal da Transnordestina. Vai descer desde Petrolina...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Petrolina.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Com o gesso do Araripe. Aqui tem o intermodal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você vai pegar o gesso...

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - E as frutas estão aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...e as frutas, e vai se relacionar com o Suape?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Aqui em Salgueiro é a primeira intermodal. São 3 intermodais: Suape, Salgueiro e Pecém.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pecém, Ceará.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Pecém, Ceará, que é o Porto do Ceará.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que é o Porto do Ceará.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - De Eliseu Martins.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Eliseu Martins.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eliseu Martins. Ah! É Piauí, Município de Corrente.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - A Transnordestina se encerra lá — os 728 quilômetros.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em Eliseu Martins.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Eliseu Martins. E é a cidade-polo da produção da soja que vai ser transportada para o Sul e para o Sudeste pelo Porto de Pecém.

Então, voltando aqui a...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe-me lhe dizer: eu estou perguntando isso tudo porque o Estado, o Governo do Estado, considerando esses dois pontos que são frágeis do ponto de vista dos direitos de crianças e adolescentes, tanto o polo gesseiro, pelo fluxo grande de caminhoneiros — que vai diminuir obviamente, e também porque são cidades de trânsito, e isso não cria vínculos — e o outro, do Suape, que é um polo de desenvolvimento mesmo, de crescimento, sobre se há possibilidade de o Governo do Estado capitanear pactos com essas Prefeituras e reunir o conjunto das Prefeituras. São 14 Municípios num, e são 8 Municípios noutro; e, a partir daí, Fernando — o Fernando eu conheço porque ele foi do CONANDA, do Conselho Nacional, e é um militante da defesa dos direitos da criança e do adolescente reconhecido nacionalmente —, elaborar pactos para que sejam assinados pelos Prefeitos e que envolvam não só a questão do Conselho Tutelar, enfim, com a proteção das crianças e dos adolescentes, mas particularmente com recorte de exploração sexual. Acho que, se o Governo do Estado fizesse isso, a gente chamava a Ministra Maria do Rosário, e tal. Seria uma coisa para dar exemplo. Bom, enfim, desculpe.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Governador, vocês poderiam lançar uma campanha também, aproveitar essa nossa vinda aqui e lançar uma campanha, principalmente onde tem essas grandes obras, lá em Trindade, que o senhor falou; fazer uma campanha mais intensificada ali.



O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - O Secretário Fernando agora está tendo oportunidade da ação. Ele foi militante durante tantos e tantos anos, e com muito brilhantismo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - João, ele está pedindo mais um orçamento, ouviu? (*Risos.*)

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Eu estive numa reunião do Conselho de Ministérios Públicos do Brasil — eles fizeram um encontro nacional —, e um dos dirigentes da associação é um ex-secretário lá do Paraná. Ele dizia na reunião, com todos os representantes do Ministério Público dos 27 Estados, que o problema, que um dos grandes problemas ainda é o orçamento. Por mais que... A prioridade orçamentária ainda não está na pauta.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Por mais que esteja na Constituição.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Exatamente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Prioridade absoluta, inclusive orçamentária.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Nós estamos com orçamento de investimento — está certo? Historicamente, não se pode nem comparar com os outros. Mas, historicamente, o Secretário pode fazer uma narrativa sobre a questão do orçamento.

Paralelamente a isso, nós estamos com algumas ações. Por exemplo, as Casas da Juventude. Nós somos 184 Municípios em Pernambuco e já implantamos 93 Casas da Juventude, em pleno funcionamento, com uma frequência muito grande, fundamentalmente com a função de formação também de convivência.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - São 14 mil jovens que passam nessas 93 Casas por mês, Dr. João — uma média de 150 em cada Casa.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - E nós temos mais 13...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - E mais 6 até o final do ano, com o planejamento do próximo para mais 30 Casas.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Mais 30 Casas até final de 2013, e com fortalecimento também dos Conselhos Tutelares.



O Estado investiu. As Sras. Deputadas devem estar sabendo que o Estado investiu no aparelhamento dos Conselhos Tutelares, na formação continuada dos Conselhos Tutelares e na articulação também com os Municípios. E nós sabemos que temos deficiências em relação aos Municípios, sem dúvida, porque eu passei 2 anos na Secretaria de Saúde; e, quando realizamos a regionalização, nós percebemos que não é o maior volume de recursos, mas é uma ação das áreas de educação e de saúde. As ações estão na mão das Prefeituras.

E nós sabemos que em algumas Prefeituras... Nós temos 115 Prefeituras em Pernambuco que têm menos de 40 mil habitantes. Eles têm dificuldades de recursos humanos, dificuldades de recursos técnicos e dificuldades de recursos financeiros. Nós percebemos isso na saúde e nas outras ações que nós estamos fazendo. E nós estamos junto com o Município, porque constitucionalmente várias dessas ações são atribuídas aos Municípios, e às vezes eles não conseguem executá-las por essas três razões. O Estado está próximo a eles, junto com eles. Essas Casas da Juventude são convênios entre o Estado e os Municípios; e o aparelhamento dos Conselhos Tutelares também nós estamos fazendo.

Nós estamos com uma dificuldade ainda de comunicação, porque nem todos os Municípios têm Internet que nos dê velocidade de comunicação. Agora, semana passada, nós assinamos um contrato com o Governo e a empresa Oi, para que nós possamos ter a Internet de alta velocidade nos 184 Municípios. Isso vai facilitar muito o nosso nível de informação.

Então, nós aceitamos... É importante a presença da CPI aqui. Por mais que a gente trabalhe, por mais que a gente lute, com a decisão política do Governador Eduardo Campos de investir nessa área, a vinda dos senhores é importante porque fortalece as ações. Às vezes nos despertam coisas que deverão ser feitas, pela experiência que os senhores têm em nível nacional. Daí nós só temos não só de agradecer, mas de ser solidários com a proposta da CPI.

Seria interessante, depois que o Deputado Paulo Rubem falasse, que o Secretário Fernando pudesse falar sobre algumas ações mais detalhadas e que possamos colocá-las à sua disposição.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu só queria aproveitar a coincidência de nós estarmos praticamente na metade da década de elaboração, consolidação do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência.

E ontem, na audiência na Assembleia, nós observamos — eu até destaquei alguns pontos, mostrei para Fernando e coloquei na Internet para as pessoas acompanharem — que algumas das metas do plano são de responsabilidade de outros poderes. Ouvia, João?

Por exemplo, o Poder Judiciário foi instado, foi provocado a instalar 18 varas regionais especializadas nas macrorregiões do Estado de Pernambuco. Outros órgãos também foram instados a mover suas estruturas. Porque se o Estado, o Poder Executivo, avança e os outros órgãos não avançam, a parte do Estado é feita, mas não é feita a parte, por exemplo, do Poder Judiciário, que é o grande problema da impunidade, da não consolidação dos inquéritos. Porque sai da Secretaria de Defesa Social, vai para o Ministério Público. O Ministério Público apresenta a denúncia. Principalmente quando há a existência de redes de exploração.

Então talvez fosse interessante porque, no plano, a previsão de avaliação é que ela seja coordenada pelo Conselho da Criança, Conselho Estadual e pelo Conselho Estadual de Assistência Social. Mas, sem usurpar essas competências, talvez fosse interessante para o Governo do Estado, como nós estamos na metade do plano, provocar dizendo: *“Olha, está na hora de a gente fazer uma nova avaliação da execução do plano. O Estado quer oferecer determinadas condições”*. Porque a gente há de convir que é muito diferente o Poder Executivo se colocar nesse sentido, frente aos outros poderes, e você, não tendo o Poder Executivo, você ter dois conselhos estaduais.

Como é que um conselho estadual vai ser, digamos assim, entre aspas, “respeitado e considerado” pelo Poder Judiciário? Às vezes, há uma distância muito grande. O Conselho Estadual da Criança, o Conselho Estadual de Assistência Social coordenarem o processo de avaliação na implantação do plano e identificarem que o Judiciário não avançou dois palmos.

Outra coisa é se o Governo do Estado, como parceiro dos conselhos, chegasse e dissesse: *“Olha, vamos aproveitar”*. Porque no ano que vem são 5 anos: 2009, 2010, 2011, 2012, 2013. É exatamente a metade da vigência do Plano. Por



quê? Porque nesse documento, você vai ver, a avaliação que você tem do primeiro Plano Decenal é que só se chegou a 5% das metas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na metade do ano.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É o que eu comentava com a Deputada Liliam antes. É feito menino que está sem camisa, no meio da rua, com chuva. Se você não agasalhar, ele vai gripar. Se gripar, pode pegar uma bronquite; se pegar uma bronquite, pode pegar uma pneumonia. Ou seja, o que não é feito no prazo adequado vai acumulando num conjunto de passivo e, amanhã ou depois, basta um caso desses vergonhosos que, às vezes, pipocam por aí fora, para manchar a imagem do Estado, para desconstituir tudo o que a sociedade... Basta um caso, como aquele caso da menina que foi colocada numa cadeia lá em Belém, ficou 16 dias. Aquilo ali tirou o juízo da Governadora Ana Júlia. Um caso isolado desconstituiu tudo aquilo que vinha sendo consolidado.

Então, a sugestão, João, que eu faria, era que se pensasse, não é, Fernando, deste ano para o próximo ano, em uma respirada no sentido de turbinar a avaliação mesmo das metas. O que o Executivo fez? O que o Ministério Público fez? O que o Judiciário fez? Porque de poder para poder é mais fácil a conversa, você sabe disso. De conselho para poder, ainda mais o Poder Judiciário, que é o mais refratário, é o mais corporativo, é o mais fechado em relação... Eu desconheço que o Judiciário, em algum momento, tenha chamado a sociedade civil que atua na área da criança e do adolescente para discutir o seu orçamento.

Quais são as prioridades do Judiciário? Algumas coisas são feitas e não são construídas as varas. Então, ontem, eu fiquei atento a essa questão da metade da vigência do Plano Decenal, porque é hora de recuperar o que não se pode fazer daqui para os próximos 5 anos.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - 2013, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É. Ano que vem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É. 2007, 2008, 2009, 2010.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não, 2008 a 2017.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - 2008, 2009, 2010, 2011.

Este ano termina o quinto ano de vigência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele é de 10 anos. O ano que vem ele entra no sexto.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Uma coisa importante, uma informação que a senhora pediu refere-se à questão das escolas integrais. Nós recebemos com três escolas integrais. Nós estamos com 160 escolas integrais, a maioria, e com o complemento de semi-integrais, que são 3 dias por semana, e queremos chegar... O plano é que em 2014 nós tenhamos 300 escolas integrais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantas têm agora?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Cento e sessenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas escolas têm no Estado?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Têm 1.100, entre pequenas, grandes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mil e cem. Não, 1.100 do Município ou do Estado?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Não, Município do Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só do Estado. Só de nível médio?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Não, nós temos ainda, em processo de transferência, o ensino fundamental.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas escolas têm ao todo, fundamental e tal? O senhor sabe?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mil e alguma coisa. Na rede estadual é de quase 1.100.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Mil e cem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas o senhor está falando só de 1.100. O senhor tem mais de 10%? É isso? O senhor está falando só das do Estado.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Do Estado, nós estamos com 1 milhão de alunos. Um milhão de alunos em 1.100 escolas.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá. Mas só para a gente saber. Mil e cem, o senhor está falando só das escolas de responsabilidade do Estado?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Do Estado. A grande maioria...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dessas 1.100, têm 160 que estão em escola integral. E quantas estão no semi-integral?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Semi-integral nós temos cerca de 40 escolas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quarenta escolas. Não estão incluídas nesses 160?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Estão incluídas já.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nos 160? Então, você tem cento e...

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Cento e vinte, em torno de 120, está certo, no integral.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E 40 no semi-integral.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Semi-integral. E serão 300 até o final do ano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Até o final do ano.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - São 200, se não me falha, são 230, 220 no integral...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso o senhor está falando apenas do universo de 1.100? Da Prefeitura é outra coisa, não é? Das Prefeituras?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Isso vai dar 80% da rede estadual, integral e semi-integral.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, se são 1.100?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Não, não. Até 2014.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, são 300.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Não, mas veja bem, essas escolas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas não são 80%. Trezentos de 1.100 não são 80%.



O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Mas essas escolas, veja bem, são as maiores escolas. Então, percentualmente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Oitenta por cento dos alunos.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Dos alunos. Então, as 300 são as maiores escolas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E de ensino profissionalizante, o senhor tem?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - No ensino profissionalizante, nós estamos com 14 escolas até o final de 2010. E todas as escolas... Todos os Municípios acima de 40 mil habitantes terão uma escola técnica estadual. Serão 40 escolas técnicas a mais. Então, nós vamos chegar a 2014 com 60 escolas, entre federais, está certo, que nós somos Estados federais... Se não me falha a memória, são oito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas federais têm IFB?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Parece que são 8.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Que houve uma modificação do ensino.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Parece que em todo lugar.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Oito escolas federais e cinco estaduais, nas 13 que nós temos. E serão 40 até o final de 2014, inclusive 28 estão em construção.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, só que eu perguntei, só para terminar, da questão daquele convênio do *crack*, o senhor tem como ver essa sua informação para a gente?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - O Secretário pode ver. Esse convênio foi assinado com a Secretaria de Desenvolvimento Social.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Direitos Humanos.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Já foi assinado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas ainda não está funcionando?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria só falar duas coisas. Você aproveita e responde. Primeiro, é que eu vi que vocês têm o Pacto



Pela Vida aqui, que trabalha com o combate ao homicídio. Há possibilidade de estrutura semelhante ou a mesma estrutura ter um enfrentamento à exploração sexual ou incluir a exploração sexual no Pacto Pela Vida.

E a segunda coisa é a questão... Vocês têm um instrumento, que é um instrumento valioso, que é um instrumento dialogado, que é o plano. Nem todos os locais têm plano, mas grande parte dos locais tem. Mas não adianta ter um plano e ter 5%. É o comprometimento. Eu acho que vocês têm um roteiro de enfrentamento que é extremamente eficaz, que é esse plano, são as estruturas, Fernando, para acompanhar. Porque acompanhar significa assegurar no orçamento, assegurar a execução, porque também não adianta só assegurar no orçamento e não ter execução, e assegurar a qualidade da política.

A Deputada Liliam falava da estrutura da gerência da polícia, que é uma estrutura muito... Que também foi dito que era provisório, está há 2 anos lá, mas é provisório. Mas, assim, a lógica da política pobre para o povo pobre, para que não deixe de ser pobre.

Então, assim, é assegurar no orçamento, assegurar a execução e assegurar a qualidade da política. Porque, às vezes, também tem a execução, mas a política, ela é uma política empobrecida, é uma política atentatória aos direitos da pessoa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Só um dado.

Seriam essas coisas: incluir no pacto, ver que estrutura vocês têm para poder monitorar. Já está no quinto ano o plano, e não tem 5% de execução? Com essa lógica: assegurar o orçamento, assegurar a execução e assegurar a qualidade da política.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Outra questão importante que as senhoras falaram foi sobre o turismo. Inclusive, nós estamos acompanhando as Secretarias de Turismo, com essa visão, também. Coincidentemente, ontem o nosso Secretário de Turismo estava no Panamá, porque vai haver uma, nós iniciamos... Pela missão governamental, nós fomos ao Panamá, que tem uma frequência, agora, de quatro voos semanais, e eles querem instituir o voo *charter* de turismo para o Nordeste, através do Recife. E o Secretário foi falar com o Ministro de Turismo, lá, eu estive com ele na semana passada, ele voltou lá, e um dos focos era também



essa questão do turismo sexual, para que as agências lá levantassem essa questão. E o Ministro foi muito receptivo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só tem homens, vamos dizer, cem homens, 50 homens. Pode até ser que não seja, mas a probabilidade de ser...

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Exatamente. Então, isso foi levantado na reunião, lá. Os voos *charter* vão começar agora em novembro para São Paulo, e possivelmente em janeiro estamos recebendo já o voo *charter* do Panamá.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Tem duas coisas que eu acho que já se somam já a partir desse ano, mas sobretudo a partir do próximo ano. A primeira é que nós aprovamos a revisão da lei do Plano de Ações Articuladas, o PAR, que é como o Governo Federal reforça e apoia as ações dos Estados e Municípios, sobretudo dos Municípios com a transferência de recursos do FNDE.

Então, se simplificou o processo de exigências, de convênios, de documentos burocráticos, e se transferiu para os Municípios, nessa nova versão do PAR — eu fui da Comissão que aprovou essa revisão —, uma responsabilidade muito maior, no sentido de diagnosticar criança fora da escola, baixo desempenho da educação infantil e do ensino fundamental, precariedade na oferta de creches, meios, insumos, material didático, etc. E os Municípios vão apresentar os planos, e em função disso eles vão receber maior aporte de recursos.

Talvez fosse interessante conversar com o Anderson, com a Secretaria de Educação, eu já estive num seminário com ele sobre o Plano Estadual de Educação, para que, já de agora, a Secretaria de Educação monitorasse como é que os Municípios vão entrar nessa revisão, nessa reformulação do Programa de Ações Articuladas. Eu acho que era fundamental. Por quê? Porque se o Município farrapa, se o Município não tem competência e não avança, o rebatimento vai chegar, na adolescência, efetivamente para o Estado.

E uma outra coisa é a provável aprovação e sanção do Plano Nacional de Educação, que tem 80% das suas metas nas costas dos Estados e dos Municípios. O Estado inclusive está aguardando a sanção do Plano Nacional, para atualizar e fazer a nova versão do Plano Estadual de Educação, e desde 2009, quando a gente



aprovou a Emenda nº 59, que tirou a DRU do Orçamento Federal da Educação, o ensino médio passou a ser obrigatório.

E essa é uma outra questão, que todos os Estados têm problemas com o ensino médio, problema de fluxo escolar, problema de não conclusão, problema de repetência, etc., etc., e esse é um outro instrumento que, assim que for sancionado, eu acho que o Estado podia dar uma focada na atualização do Plano Estadual de Educação e montar uma espécie de gabinete de monitoramento do Plano Estadual com os Planos Municipais. Porque, concretamente, saiu do Município, na 9ª série, vai para o Estado. E todo o passivo, toda a precariedade que os Municípios acumularem, vai rebater no Estado, porque essa criança que não permaneceu, que não concluiu o ensino fundamental, ela certamente já vai estar fora da matrícula no ensino médio. E, se você somar a origem socioeconômica, a renda familiar, o grau de instrução dos pais e as microrregiões, isso é um caldo de cultura para ser vítima de exploração e de violência, com toda a certeza.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Uma outra coisa ligada à Educação, o Deputado Paulo está sabendo, é em relação ao Programa Ganhe o Mundo, não sei se as senhoras têm conhecimento. O Estado disponibilizou professores de inglês e espanhol, e nós estamos, já começamos a enviar, são mil alunos no primeiro projeto do programa, mil alunos para o exterior, passando 6 meses no intercâmbio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É um programa do Estado de Pernambuco?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Do Estado, o Estado custeia. É o Governo do Estado. São mil alunos do ensino médio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mil alunos de 6 em 6 meses?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Por ano. São mil alunos por ano, inicialmente. Nós capacitamos 5 mil alunos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São alunos de escola pública, ou não?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Só de escola pública, do ensino médio, 2ª e 3ª série. E nós vamos semeando. Até o final de novembro estarão viajando cerca de mil alunos. Já foram quatrocentos e poucos, Estados Unidos e Canadá, e



agora nós estamos assinando um convênio com a Argentina, o Chile, e possivelmente o Panamá e a Espanha vão entrar também. São os quatro países...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para espanhol?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Para espanhol, mas a grande maioria foi de inglês. Então, eles fazem o curso de inglês, depois têm uma prova.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quem tem o melhor desempenho passa?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Pelo melhor desempenho, eles são selecionados. E tem gente de todo o Estado, do Sertão, do Agreste. É um programa que está tendo uma força muito grande.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eles vêm fluentes, né? Passar 6 meses (*ininteligível.*)

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - E ficam estudando, eles ficam estudando. O Estado paga, todo o custeio é do Estado, do Governo do Estado, e além disso ele recebe ainda uma bolsa de 300 dólares por mês, fora a hospedagem, fora as escolas, que lá, se forem para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eles ficam hospedados com famílias?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Famílias. O mesmo processo daquele intercâmbio que a classe média faz, o mesmo processo. São selecionadas as famílias, e eles têm uma entrevista prévia, e eles vão passar lá 6 meses.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ganhando o mundo.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Ganhando o mundo, o programa.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Ganhando o mundo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É bom.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Bem, bom dia. Só reforçando alguns aspectos, o primeiro, em relação ao plano. Inclusive, eu deixei evidenciado na minha fala que esses planos, via de regra, eles são elaborados e não dialogam com o ciclo orçamentário. E aí é o primeiro passo para eles não se efetivarem. Então, o desafio nosso, na revisão, concordando com o Deputado Paulo Rubem, é, na medida em que está revisando, atualizando, identificando o que é que já foi desenvolvido, é casar com o orçamento.



Nós fizemos uma avaliação em 2009, o percentual de execução era 25%. Não sei qual foi a fonte que a senhora recebeu. Essa avaliação foi coordenada pelo Conselho Estadual da Criança e o Conselho Estadual de Assistência Social, no diálogo com as organizações da sociedade civil. Isso é um dado de 2009. Nós temos um grupo no Conselho Estadual, inclusive a Jaciara estava lá, que é a coordenadora desse grupo, e a orientação que a gente está dando é para que faça isso casado com o ciclo orçamentário. Se a gente vai fazer isso agora, não vai ter como interferir mais, provavelmente, na peça orçamentária de 2013, mas nós temos que fazer para os anos subsequentes do PPA, que vai até 2015.

(Intervenção fora do microfone, inaudível.)

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Se você não fizer uma avaliação consistente, não, porque tem — só um minutinho —, tem outro aspecto do Plano que não é só esse. E aí só de militante é importante, mas, assim, os planos, eles não têm metas claras, objetivas. Se você pegar em relação à GPCA tem uma por região, desenvolvimento. Se você pegar em relação à regionalização do Judiciário, tem. E o Judiciário já avançou, inaugurou recentemente, este ano, em Vitória do Santo Antão, uma vara regionalizada. Então, o Judiciário está tirando o plano do papel. A gente precisa saber se eles vão chegar, no planejamento proposto para 2014, às 18 varas regionais.

Então, esse é um olhar que tem que ser feito com muito cuidado. E um levantamento orçamentário, o quanto custa estruturar uma delegacia de polícia com dois focos, apuração de crimes praticados contra criança e adolescente e os atos infracionais, são duas respostas que o Estado tem que dar, e são duas respostas importantes.

Então, a revisão do Plano tem que dialogar com o orçamento, ou qualquer elaboração do plano. E isso a gente vai fazer. Eu acho que essa indicação do Deputado é importante, é como o Estado pode fazer, o Governo do Estado dialogar com o Poder Judiciário e o Ministério Público, para que a gente possa ter mais êxito na revisão. Então, acho que esse é um ponto importante.

O outro é esse esforço que o Dr. João já colocou em relação à educação, algumas ações, de você montar uma rede de proteção. Para além da educação, está conosco, na Secretaria da Criança e da Juventude, a responsabilidade do



diálogo com o Governo Federal e o diálogo com os Governos Municipais, para que a gente possa expandir a rede de creche e de pré-escola. Senão a gente começa a cuidar só dos 6 aos 17 anos e se esquece que de cada 100 crianças de Pernambuco até 3 anos só 12 estão em creches. Precisamos avançar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantas creches tem?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Cobre 12%. O número de creches, não saberia dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Doze por cento da demanda potencial ou da demanda já identificada?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Da demanda potencial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Da demanda potencial, zero a cinco.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Então o esforço da Secretaria no diálogo com o Governo Federal, num planejamento nosso, no nosso segundo ano de Orçamento, que é o 2013, a gente apoiar Municípios pernambucanos na construção, na ampliação de uma rede de creches. É importante que a gente também — eu destaquei isso ontem — nós só tínhamos uma gerência de proteção, que era Recife. Já expandimos para Jaboatão, que vai dialogando um pouco com o litoral sul do Estado e paulista. Há um estudo para uma identificação, para uma gerência naquela região de Suape, justamente pela gravidade da situação. Então, esse é um aspecto importante que a gente precisa verificar. A estruturação de 13 CREAs regionais no Estado, que é justamente esse espaço que o Estado tem para, junto dos equipamentos municipais, identificar. Nos últimos 2 anos, cerca de 40% dos casos notificados têm a ver com violência sexual, não necessariamente com o turismo, mas com violência sexual. Então mostra esse esforço do Estado em criar essa rede estadual.

Quanto às Casas de Juventude, o Dr. João já mencionou. Em relação aos polos de desenvolvimento, em Suape nós temos um diálogo que envolve 8 Prefeituras, a Secretaria da Criança, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Desenvolvimento Social, a SDS, para que a gente possa fortalecer a rede municipal, porque o Estado sozinho não vai conseguir fazer esse trabalho. A rede municipal



envolvendo educação, saúde e assistência e a presença da polícia no que se refere à repressão qualificada dessa prática de crime.

Em relação à Suape nós vamos, a área norte, onde está sendo construída a fábrica da Fiat, um projeto da Secretaria da Criança junto a quatro Prefeituras — Goiana, Paudalho, Tupanatinga e Nazaré da Mata —, para atender 1.500 crianças que são matriculadas em relação à questão do esporte seguro e inclusivo. Esse é um projeto que conta com o apoio da PETROBRAS.

Iniciamos um diálogo com a Diretoria de Responsabilidade Social da Fiat, que também está interessada em desenvolver um conjunto de ações e, provavelmente, dia 16 agora, o Luís Guilherme, que é o gerente que cuida dessa área — a gente só está vendo se ele tem agenda —, vai estar conosco para que a gente possa formatar esse projeto para poder apresentar ao Governador do Estado, para a gente poder dar cobertura de prevenção, seja fortalecendo o Conselho Tutelar, seja fortalecendo as Casas da Juventude, seja fortalecendo a atenção redobrada, para que possamos minimizar esses impactos de que a gente tem plena consciência. São ações...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Secretário, qual é o orçamento da sua Secretaria?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - O orçamento este ano é de 60 milhões, agora o que é importante...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Só da sua Secretaria? Só da sua Secretaria?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - O que é importante a gente entender, e essa é uma fala recorrente, é que o Orçamento Criança não pode ser medido nem só pelo orçamento do Fundo Estadual da Criança, nem o orçamento — desculpe-me, só para concluir —, nem o Orçamento da Criança.

Se o Governo do Estado tinha 13 escolas em tempo integral, em 160, e vai ter 80%, isso também é Orçamento Criança. Se o Governo do Estado tem o Programa Ganhe o Mundo para jovens isso também é Orçamento Criança, se o Governo do Estado distribuiu *tablets* para os alunos, isso também faz parte do Orçamento Criança. Inclusive nós estamos, até porque esse é um compromisso do Governador,



criando, aplicando a metodologia de apuração do Orçamento Criança no Governo do Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas já aplica?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Os técnicos, não, a SEPLAG, que é a Secretaria de Planejamento, está identificando para que a gente possa dizer quanto é que Pernambuco investe do seu orçamento próprio e de recursos que vêm de fora, porque, só para concluir, esse discurso precisa ser qualificado. E uma parte da crítica é medir o Orçamento do Governo do Estado na criança ou pelo orçamento do Fundo Estadual ou pelo Orçamento da Secretaria da Criança. Não, a gente tem que olhar na assistência, tem que olhar na educação. O Programa Mãe Coruja, que cobre mais de 100 Municípios pernambucanos, isso é Orçamento Criança. Então, precisamos trazer isso para o debate, isso é importante.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Secretário, é interessante também citar a questão da avaliação do nível de ensino, que também faz parte desse processo da criança em relação...

Em várias escolas, já atingimos, em 2011 e 2012, o índice de 2015. Nós criamos o IDEPE, que tem os mesmos critérios do IDEB. A avaliação do IDEB é bianual, e nós estamos fazendo nossa avaliação anual e semestral. As escolas que atingem os índices superiores que os determinados pelo IDEB têm a gratificação de todo pessoal com o décimo quarto salário, toda a equipe da escola, independentemente das funções.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O décimo quarto é a partir de avaliação?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - A partir da avaliação, se for atingida a meta do IDEB, que é medido pelo IDEPE, feito por nós. E nós não fazemos por amostragem, fazemos por senso. Então, todos os alunos são submetidos à avaliação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Atingindo, vocês pagam o décimo quarto salário a todos os profissionais?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Décimo quarto salário a todos os profissionais da escola.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sem limitação?



O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Sem limitação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por exemplo, não vai pagar para tantos milhões, vai pagar para todos?

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Não. A todos, servidores e professores. E o IDEB tem validado as nossas avaliações do IDEPE, que são os mesmos critérios.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Isso tem que ser computado no Orçamento Criança.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deixe-me destacar uma questão neste debate do Orçamento Criança. Você tem dois capítulos que são referência neste debate. Primeiro, é o orçamento sem si da instituição administrativa, se você tem uma Secretaria, se você tem uma fundação, se você tem um instituto, se você tem um diretoria, que é você ver segmentando o que é disposto no orçamento para custeio, o que é para despesa social e encargos sociais e o que é para investimento.

A gente já comparou Secretarias Municipais e Estaduais na Comissão Mista de Orçamento em que os valores monetários são iguais, mas determinados órgãos têm um peso muito maior de custeio.

Vou lhe dar um exemplo aqui do Recife: a conhecida Fundação de Cultura da cidade de Recife. Anos atrás, a Fundação de Cultura tinha o mesmo orçamento da Secretaria do Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Recife. O valor era igual. Quando você olhava por dentro, a Secretaria de Desenvolvimento tinha um sexto para custeio e cinco sextos para investimento. A Fundação de Cultura tinha cinco sextos para pessoal e um sexto para investimento. Agora, publicado no orçamento, o valor era igual.

Esta é uma questão fundamental: o que é custeio, o que é pessoal e o que é investimento. Segundo, o que é foco e o que é complementar e acessório.

Eu não vou discutir isso aqui, especialmente porque é o Governo de Pernambuco que está fazendo ou não, mas vou dar um exemplo. Dar *tablet* para os alunos é foco? Não, isso não é foco. Isso é uma medida acessória, porque é um insumo. Qual o foco das medidas de política para crianças e adolescentes? São tais, tais e tais. Sem prejuízo de que os Governos invistam em *tablet*, ganhando o mundo,



tudo isso é importante, mas quais são os focos? Os focos são aquelas que são as atribuições precípuas do ente público. Por exemplo, o Prefeito pode dar fardamento para a criança? Pode. Ele pode dar um complemento da merenda? Pode. Ele pode fazer tudo isso, mas, se, ano após ano, o desempenho escolar dessas crianças, o fluxo escolar, a persistência na escola caem, todos os outros investimentos que ele está fazendo não está servindo de nada, porque o foco da educação é a escolaridade, o fluxo escolar e o bom desempenho nos exames de avaliação.

Na Comissão de Orçamento, inclusive com a consultoria concursada da Câmara, eles nos alertam muito para isso. Todas as medidas de investimento são benéficas, mas elas têm que ser escalonadas no que é foco e no que é complementar.

Por exemplo, eu falava com o Prof. Pavão, que você conhece, do Espaço, Ciência, sobre laboratório de ciência nas escolas. Ele disse: “*Vai com calma*”. Porque eu posso chegar, fazer um convênio com uma fundação até internacional, dar um *big* laboratório de ciências para uma escola... Eu fui lá antes conversar com os professores de ciências para saber qual é o projeto pedagógico da escola. Aquele laboratório, no primeiro ano, é uma novidade. No segundo, quebra uma máquina. No terceiro, vira custeio. E aí como mantém?

Então, sobre essa questão do Orçamento Criança, é bom registrar todos os investimentos diretos ou indiretos que o Estado ou Município façam, mas a prioridade são os focos das competências.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Discutir custeio e investimento e ao mesmo tempo nos investimentos você ter clareza em ambos, em verdade, o que é foco e quais são as metas objetivas. Colocar *tablet* não é meta. Enfim. Mas o Orçamento Criança tem a metodologia que o INESC e outros órgãos desenvolvem que é importante, para que nós possamos ter clareza disso. Belo Horizonte, se não me falha a memória, já implementa isso, porque uma secretaria sua é para cutucar as outras, para trabalhar com a transversalidade, que é a secretaria de criança. Então, ela tem pouca execução, ela gere o fundo da criança, mas ela não tem a execução de outras.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E só mais um dado. Nós tivemos esse problema no Ministério da Cultura no primeiro mandato do Ministro Gilberto Gil, que era a administração do investimento fiscal do Ministério da Cultura, somando ou não com os recursos do sistema federal de incentivo à cultura.

O Ministro Gilberto Gil tentou puxar mais para perto para que as metas fossem semelhantes, para que os princípios fossem semelhantes. É a mesma coisa. Você pode ter um fundo municipal da criança e do adolescente gordo, porque as empresas ajudam, as empresas que recolhem INSS e IPTU.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas tem que tem uma política também.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Aí o fundo tem toda uma política e você tem um orçamento da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente que tem uma outra política. Aí um aplica dinheiro numa direção, outro noutra e não se elevam os níveis de desempenho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É própria Lei Rouanet.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Tem que ter sinergia.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Pois é. Mas é para isso que estou chamando atenção. Quando você fala em 60 milhões de uma secretaria da criança pode parecer pouco, mas isso não está revelando o orçamento ou a prioridade que o Governo do Estado está dando, mas nós temos de olhar para o orçamento de todas as secretarias finalísticas.

O orçamento da SDS. Qual é o orçamento da SDS para a polícia específica? Nós temos de olhar para esse aspecto. Então, esse é um ponto importante.

Em relação à questão das drogas, como o Dr. João assinalou, o Governo do Estado já conviniu com o Governo Federal um programa de enfrentamento às drogas e está se desenvolvendo o Programa Atitude aqui no Estado de Pernambuco.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Como é aplicada a verba do Fundo da Infância, esse fundo? Também já está aí nessa sua contabilidade? Nos 60 milhões?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Não, não, isso é à parte.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - À parte?



O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Porque o Conselho Estadual é vinculado administrativamente ao gabinete do Governador. Sempre foi assim aqui em Pernambuco, e o fundo estadual é que delibera.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Você sabe de quanto é o recurso?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Sim. Os recursos do fundo estadual este ano, juntando o Tesouro, são 4 milhões. Recursos do Tesouro, desculpa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E entra nesses projetos aí?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Os recursos do Tesouro são de 700 milhões e os demais são da dedução do Imposto de Renda.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Como é aplicado esse dinheiro do fundo?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - A partir dos projetos que são apresentados pelas Prefeituras, pelas organizações da sociedade civil, foi aquela ...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que são avaliados pelo Conselho.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Que são avaliados por uma comissão externa de pessoas do UNICEF, da universidade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu estou perguntando isso aí porque ontem nós tivemos uma denúncia de que o dinheiro do fundo não é aplicado devidamente, ontem, na CPI.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Não, veja só. Eu sou o Presidente do Conselho e estou no Conselho Estadual desde 2007. As contas do fundo foram aprovadas todas até 2010.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas ela pode estar se referindo a ficar saldo em caixa por ausência de projetos.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Não, essa informação quem deu fui eu.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, não, uma senhora que veio falar em *off*.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - São 280 mil que estão sobrando do recurso do Tesouro estadual por falta de projetos de prefeitura e ONGs, os recursos



estão sobrando. Além disso, nós temos 2 milhões e 600 que são recursos da captação do Imposto de Renda que também estão precisando de projetos. Era importante que pudéssemos ter acesso a essa informação, porque os projetos são monitorados pela equipe do Conselho, ela vai *in loco* fazer isso e são auditados pelo Tribunal de Contas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E foi falado que o fundo é aplicado para algumas ONGs que são ligadas ao Governo e que outras pessoas não têm condições de participar, e o fundo não é aplicado.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Não existe isso no Fundo Estadual.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi isso que falaram para mim ontem.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Qual é a sistemática? Nós temos editais.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Essa foi a denúncia que fizeram.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Qual é a sistemática? Nós temos editais anuais que são amplamente divulgados, publicados no *Diário Oficial*, a gente divulga, manda para cada Prefeitura do Estado, manda para a rede das ONGs, os projetos são enviados, se eles apresentarem a documentação mínima exigida, seja de Prefeitura ou de ONG, esse projeto é enviado para uma comissão de avaliação, que é composta por pessoas do UNICEF, das universidades. Se ele tiver uma pontuação mínima de 60 pontos, ele tem a possibilidade de receber o recurso. Desconheço que alguma entidade vinculada a alguém do Governo tenha recebido isso. E nós já recebemos pressão, só para terminar, em alguns projetos que não foram aprovados — e a gente não aprovou porque não tinham qualidade técnica —, e nós mantivemos a decisão.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pode mandar um requerimento...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não seria interessante, João, já que isso acontece — e acontece em outras áreas também; no FUNCULTURA também, e eu falei com o Fernando Duarte. Tive audiência com ele anteontem e ele falou muito disso, de projetos que vêm e que não têm exequibilidade e não são aprovados. E a pressão dos Prefeitos é muito grande. Não seria interessante pensar em um convênio da Secretaria com o Conselho, com a



AMUP, que é a Associação dos Municípios, para promover cursos de elaboração de projetos nas regiões administrativas?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - A gente faz isso. A Escola de Conselhos, inclusive, faz isso junto aos técnicos das ONGs, das Prefeituras e dos Conselhos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Porque os Municípios realmente não têm...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - É.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Você sabe que a política de pessoal para criança e adolescente não é uma carreira típica de Estado. Então, o que tem mais no Município são pessoas que são nomeadas, cargo comissionado. Não tem pessoal especializado, não tem pessoas habilitadas. Tem gente que até hoje não sabe o que é o SICONV. Tem gente que liga para o meu gabinete: *“Deputado, olha...”*

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - *“O que é que eu faço?”*

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - *“Não tem como mandar um assessor para ensinar a gente o que é o SICONV?”* Hoje, ainda hoje, em 2012, tem gente que não sabe o que é que é.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Aí, Deputado, esse aspecto é tão importante, desse monitoramento, que Prefeituras importantes, inclusive Recife, já devolveram recurso para o Conselho Estadual por falta de execução do projeto. Então, assim, se essa pessoa tem essa denúncia, era importantíssimo que nós tivéssemos essa informação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas quando terminou a audiência eu tentei falar em particular...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Nós temos total interesse em fazer com que cada recurso seja efetivamente muito bem gasto. Não só Recife, como outras Prefeituras, já devolveram ou totalmente o recurso repassado, o que é uma coisa absurda, ou parcialmente, porque a gente vai lá e faz a fiscalização. Se tem uma denúncia dessa — aqui está falando o Presidente do Conselho Estadual, o Secretário em exercício, o Secretário Executivo —, nós temos total interesse em receber essa informação.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor pode passar essas informações para a CPI, por favor?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Qual informação?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Como é aplicado o Fundo da Criança e do Adolescente e de que maneira é aplicado?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Posso, sim. Passamos totalmente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quero parabenizar também Recife aqui porque tem a Secretaria da Criança. No meu Estado, eles acabaram com a Secretaria.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Porque, veja só, tem um aspecto importante. Nós temos... Talvez a pessoa... E se ela fez isso, ela fez com uma certa maldade. Nós temos uma resolução que diz que se a entidade tiver o projeto aprovado para a captação do Imposto de Renda, se tiver o projeto aprovado, ela faz a captação, e 75% dos recursos captados são transferidos em convênios que são monitorados por essa entidade — entendeu, Deputado? — e 25% ficam no Conselho Estadual. Então, gostaria imensamente...

Mas queria terminar a questão do Programa Atitude, que é a resposta ao *crack*. Então, esse programa já passou a ser desenvolvido nessa parceria com o Governo do Estado. A responsabilidade é da Secretaria do Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Então, isso já começou a ser desenvolvido esse ano. Agora, precisamos ampliar, para dar cobertura para todos os casos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas vocês têm leitos? Vocês têm uma clínica de drogadição? Você já fez algum... Liberou leitos para tratar dessas crianças? Em alguns hospitais estão separados esses leitos? Como é que têm feito?

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Tem, tem. Tem o Programa *Crack*. Acho que era importante, inclusive, vocês solicitarem essa informação, porque essa é uma rede específica da Secretaria de Desenvolvimento Social, e a Secretária Laura Gomes pode te fornecer todas as informações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele tem que ter um CAPS. O CAPS dele não atinge ADI.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - E o ADI, é.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nem o adolescente. Ele tem que ter um CAPS ADI, tem que ter o CAPS 3.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Acho que é importante solicitar essas informações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - CAPS...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Não, eu estou dizendo... Mas a coordenação do programa...

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - A coordenação e execução... A coordenação é da Secretaria de Desenvolvimento Social.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - É dessa Secretaria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Do Programa de Enfrentamento à Drogadição.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Exatamente.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Ela reúne as informações consolidadas. Então, é importante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A gente vai solicitar toda a estrutura do Plano de Enfrentamento à Drogadição do Estado...

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Inclusive é uma Câmara do Pacto pela Vida.

O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Não, o Secretário fica encarregado de enviar esse relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você envia. Pronto!

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Tranquilo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Fica melhor, porque aí manda as duas...

O SR. JOÃO LYRA - Agora, Deputada, a questão da denúncia é fundamental para nós.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - É.

O SR. JOÃO LYRA - Isso não pode ficar numa informação anônima, está certo? É importante que nós tenhamos essa informação, porque, se há uma questão de muito critério aqui é a questão dessas avaliações desses projetos. O Secretário que está aí, que é o Presidente do Conselho Estadual, tem o maior carinho e maior



zelo pelos projetos apresentados. Então, essa pessoa não agiu com certa dosagem de má-fé, agiu com uma maldade e uma má-fé que não tem limite.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Governador, eu vou pedir...

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Amanhã eu tenho uma cirurgia na boca.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E passa para a gente.

O SR. JOSÉ FERNANDO DA SILVA - Então eu fico com essas duas responsabilidades: as informações do Programa de Enfrentamento ao *Crack* e *(ininteligível)*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vamos terminar porque senão...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, termina porque por mim, eu já estou satisfeita.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer ao Governador, ao Secretário em exercício... Ao Vice-Governador João Lyra Neto, ao Secretário em exercício e ao Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Agradeço à Deputada Liliam, ao Deputado Paulo Rubem, que aqui estão. Nós estamos no aguardo das informações.

As sugestões que foram feitas de monitorar o plano, que achamos é muito importante, dos pactos que podem ser construídos com esses Municípios que têm um nível de fragilidade... E, para além disso, a comunidade de Santo Amaro, algumas comunidades aqui em Recife elas são comunidades reconhecidas como espaços, territórios de exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós gostaríamos que vocês pudessem exemplarmente ter uma atuação que tem que ser intersetorial, inclusive incorporando o Pacto pela Vida nessas comunidades, porque são ações importantes. Como foram feitas em outros locais, em São Bernardo, em Diadema, em Fortaleza, em alguns locais — em Fortaleza foi feito em algumas comunidades que deram o exemplo e que tiveram um efeito muito pedagógico, muito didático.

Agradeço a oportunidade e estou no aguardo, então, das informações acerca do Plano de Enfrentamento à Drogadição, e ficam aqui as nossas sugestões.



O SR. JOÃO SOARES LYRA NETO - Eu gostaria de agradecer, em nome do Governo de Pernambuco, a presença dos Srs. e Sras. Deputadas e dizer que nós estamos solidários a essa política, solidários à CPI, e as recomendações serão atentamente observadas, e, com certeza, nós vamos caminhar para uma melhoria no atendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Governador.